

PROFESSORES DE ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS NA CIDADE DO ASSÚ/RN DURANTE O IMPÉRIO

Autor: Gilson Lopes da Silva

Orientadora: Marlúcia Menezes de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte; gilopes2000@hotmail.com; mmarlupaiva3@gmail.com

Resumo: Por meio desse trabalho analisamos a atuação dos professores de Escolas de Primeiras Letras na cidade do Assú, interior do Rio Grande do Norte. Esse modelo educacional foi criado a partir da Lei de 15 de outubro de 1827 que instituía essas escolas de ensino primário nas cidades, vilas e povoados do recém criado Império brasileiro. A implantação das escolas na cidade ocorreu ainda quando era chamada de Vila Nova da Princesa e desenvolvia importantes atividades econômicas no interior do estado com a indústria de carne seca, ou charqueadas. Com a elevação à categoria de cidade do Assú em 16 de outubro de 1845 outras importantes atividades econômicas foram se desenvolvendo na região por meio da produção do algodão e da extração da cera de carnaúba e aceleraram transformações no espaço urbano da pequena cidade sertaneja. As principais características do ensino no Império é que as escolas poderiam funcionar na residência dos próprios professores ou em outros lugares adaptados, sendo os mestres também considerados o centro do processo educativo e o ensino ocorria por meio do método mútuo. A Lei de 15 de outubro também ofertava escolas para meninos e meninas, mas com algumas distinções no conteúdo. Na cidade do Assú, os principais professores do período imperial foram José Felix do Espírito Santo, Maria Joaquina Ezequiel da Trindade, Elias Souto, Luiza de França, Manoel Assis e Olegário Olindino, entre outros que colaboraram com a formação de diversas gerações de assuenses. Contudo, ocorriam diversos entraves para o funcionamento das Escolas de Primeiras Letras e os salários dos professores eram estipulados a partir de métodos discriminatórios.

Palavras-chave: Escolas de Primeiras Letras, professores de ensino primário, Vila Nova da Princesa, cidade do Assú.

Introdução

O território do Vale do Açu, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, era habitado inicialmente por diversas tribos indígenas pertencentes a etnia *Janduis*. Com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses no século XVII tem início as primeiras atividades extrativistas e o repovoamento da região com hábitos e costumes do povo europeu.

Depois de receber várias denominações, como Arraial de Santa Margarida (1687), Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres (1696) e Povoação de São João Batista da Ribeira do Assú (1766), em 1788 o território passa a se chamar Vila Nova da Princesa e despontava economicamente na Capitania do Rio Grande (atual Estado do Rio Grande do Norte) como uma das maiores produtoras de carne seca da região

desenvolvendo atividades de charqueada na comunidade de Oficinas. Em 30 de setembro de 1845, João Carlos Wanderley, Deputado Provincial, deu entrada no projeto para elevar a Vila Nova da Princesa à categoria de cidade. O projeto foi aprovado e no dia 16 de outubro de 1845 foi sancionada a Lei nº 124, passando a se chamar **cidade do Assú**. (SILVEIRA, 1995). Outras atividades econômicas vão ser implantadas na cidade como a extração do algodão, inclusive para comércio exportador e a extração da cera de carnaúba, mais voltada para o comércio nacional. O desenvolvimento econômico vivido no município também acelera uma série de transformações que denotam um certo progresso para uma pequena cidade sertaneja (BEZERRA, 2010).

A partir da instituição da lei de 15 de outubro de 1827 que criava as Escolas de Primeiras Letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos, a então Vila Nova da Princesa recebeu oficialmente uma cadeira de primeiras letras masculina em 1829. O responsável por transmitir os conteúdos estipulados para a época e que se tornou o primeiro professor na Vila foi o senhor José Félix do Espírito Santo. Ainda em 1829 também foi criada uma cadeira feminina, contudo, só vai ser ocupada em 1834 sob a responsabilidade da senhora Maria Joaquina Ezequiel da Trindade. A partir do pioneirismo desses professores, diversos outros exerceram atividades no campo do ensino primário na cidade do Assú em escolas que funcionavam inicialmente em suas próprias residências.

Assim, esse trabalho se justifica pela necessidade de se ampliar as pesquisas sobre a história da educação primária na cidade do Assú e evidenciar a presença dos professores de Escolas de Primeiras Letras, geralmente esquecidos pela história oficial da cidade.

O objetivo do trabalho é analisar a atuação dos professores que assumiram cadeiras nas Escolas de Primeiras Letras na cidade do Assú durante o período imperial.

Como referencial teórico, nos apropriamos das reflexões de Saviani (2013) no sentido de compreender as ideias pedagógicas que circulavam no Brasil-Império e orientavam o funcionamento das Escolas de Primeiras Letras e a atuação dos professores de ensino primário. Ainda utilizamos o trabalho de Magalhães (2004) que aborda a história das instituições educativas.

Escolas de Primeiras Letras no Brasil-Império

Após a Proclamação da Independência do Brasil da Coroa Portuguesa em 1822, inicia-se a tarefa de estruturar o novo país de forma jurídico-

administrativa surgindo assim a elaboração e a promulgação de uma Constituição. Com a convocação da Assembleia Geral Constituinte por Dom Pedro I, em 3 de junho de 1822 e a inauguração e instalação dessa Assembleia, em 3 de maio de 1823, o Imperador levantou a necessidade de uma legislação especial que tratasse da instrução pública. Contudo, a preocupação inicial com a organização educacional nacional foi deixada temporariamente de lado e retomada entre os anos de 1826 e 1827. A Câmara dos Deputados aprovou um projeto modesto que se limitava ao ensino primário resultando na Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a criação de **Escolas de Primeiras Letras** (SAVIANI, 2013).

Essa lei é contemporânea de um momento mais paulatino, em que se buscava o fortalecimento de uma perspectiva político-cultural na tentativa de construir-se uma nação independente e um estado nacional.

Contendo 17 artigos, a lei trata da criação das Escolas de Primeiras Letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império; dos ordenados dos professores, considerando as circunstâncias da população e carestia dos lugares; da aplicação do método de ensino mútuo; da instituição do ensino de leitura, escrita, cálculos, gramática da língua nacional e doutrina da religião católica; das escolas para meninas que receberiam também o ensino das prendas domésticas e da instituição dos mesmos ordenados e gratificações concedidas aos professores e professoras (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1827).

Pinheiro (2002, p. 9), esclarece que as Escolas de Primeiras Letras “funcionavam sob o precário controle do Estado, além de ter seu funcionamento pedagógico quase sempre subordinado única e exclusivamente ao arbítrio do próprio professor, detentor da cadeira”. O autor prefere trabalhar com a nomenclatura de escolas isoladas, mas aponta outras denominações que as instituições primárias assumiram no período imperial, principalmente na Paraíba, como:

aula régia; aula pública; cadeiras régias; cadeira de instrução primária; cadeira de ensino primário; cadeira de (...) (nome da localidade, da cidade, da vila etc.) – por exemplo: cadeira da Cidade Alta, de Mamanguape, de Campina Grande etc.-; cadeira de (...) (nome da disciplina) – por exemplo, cadeira de latim, de português, de aritmética, de história do Brasil etc. -; cadeira municipal; cadeira mista; 1ª cadeira, 2ª cadeira, 3ª cadeira etc.; escola menor; escola elementar; escola rudimentar; escola primária masculina/feminina/para ambos os sexos; e, naturalmente, cadeira isolada (PINHEIRO, 2002, p. 9)¹.

¹ O autor esclarece que os termos aula régia e cadeira régia eram mais utilizadas durante o período colonial. Em nosso trabalho, optamos pela denominação Escolas de Primeiras Letras por estar em consonância com a nomenclatura proposta na Lei de 15 de outubro de 1827 e ser o termo mais utilizado no Rio Grande do Norte.

Professores de ensino primário na Vila Nova da Princesa (Cidade do Assú/RN)

Na Vila Nova da Princesa, é criada uma cadeira masculina de primeiras letras no dia 2 de setembro de 1829. No dia 5 do mesmo mês é criada outra cadeira feminina (LIMA, 1990, p. 143). O exercício efetivo do magistério pós legislação de 1827 vai ocorrer na Vila em 1829 com o senhor José Felix do Espírito Santo. Bezerra (2006, p. 4) informa que surge “dessa iniciativa a primeira escola, conseqüentemente o primeiro professor primário da história do Assú. A aludida unidade educacional funcionou até o ano de 1843”.

Dona Maria Joaquina Ezequiel da Trindade assumiu em 1834 a 2ª cadeira de Escola de Primeiras Letras da Vila Nova da Princesa criada para o público feminino, funcionando em sua residência. Dessa forma, ela se tornava a 1ª professora a lecionar na Vila. A partir do pioneirismo dos professores citados, outros letrados adotaram procedimento semelhante durante o século XIX e início do século XX e tornaram-se importantes educadores contribuindo com a formação primária dos assuneses durante o período imperial (BEZERRA, 2006).

Entre os professores que se destacaram na cidade podemos citar Elias Souto. Paralítico e circulando sempre de cadeira de rodas sendo empurrado pelo menino Luis Rosa, isso não se tornou um empecilho para o exercício do magistério e nem para as militâncias do professor, que participou de causas abolicionistas como membro orador da Associação Libertadora Assuense. Durante a campanha abolicionista na cidade do Assú Elias Souto produziu juntamente com o Dr. Luíz Carlos Lins Wanderley o Hino à Liberdade, da associação (PINHEIRO, 1997).

Contudo, a principal atuação do professor Elias Souto realizou-se no campo do jornalismo fundando periódicos em Assú, Macau, São José de Mipibu e em Natal. Entre os jornais que fundou no Assú, destaca-se O Sertanejo que circulou na cidade entre os anos de 1873 e 1876 e tinha um perfil mais voltado para a política. Amorim (1965, p. 51), afirma que o professor Souto se mostrava “ardoroso, vibrante, impetuoso e incontável, causticava impiedosamente, o antagonista em linguagem rebarbativa e insolente, traçando artigos de combate em que não sabíamos o que admirar; se a veemência do vocabulário ou se a segurança da argumentação”.

Mudando-se de Assú para outros lugares como Macau e Natal, Elias Souto continuou atuando no campo do jornalismo potiguar. Em Macau assumiu o cargo de administrador da Mesa de Rendas Provinciais e criou o jornal O Macauense. E em Natal, fundou em 1894 o jornal O Nortista que em 1895 passou a se chamar O Diário de Natal sendo considerado o primeiro periódico com circulação diária no estado.

Dona Luíza de França das Chagas Cavalcante iniciou no magistério como professora pública e exerceu atividades entre os anos de 1881 a 1893 no Assú. Depois continuou dando aulas particulares em sua casa e era responsável pela inclusão de homens e mulheres de uma condição social mais abastada no mundo das letras. Francisco Amorim também foi aluno da Mestra França, como era chamada pelos seus alunos. O memorialista apresenta relatos das aulas com a Mestra:

Aos oito anos já frequentava a escola particular da professora França (Tia França). Levava um tinteiro com tinta preparada em casa com anilina, um pedaço de pau tendo uma pena na ponta, amarrada com linha e a Carta do ABC. Estes apetrechos eu os conduzia em uma caixa de charutos.

A escola era mista. Como colegas tinha Jorge, meu irmão; Luiz Sócrates Filho (hoje residente no Recife); Júlio Soares, poeta e musicista já falecido e Nozinho, filho de um fogueteiro cujo destino ignoro.

Do lado feminino: Anísia Cabral, Maria Galvão de Oliveira, Maria Luiza, Elita de Oliveira e outras que não me acodem à memória (AMORIM, 1982, p. 9).

Em carta enviada à Francisco Amorim em 20 de dezembro de 1963 para ser publicada no livro História da Imprensa do Assú (1965), Manoel Assis, que também se tornou professor exercendo o magistério no Assú e em outras cidades do Rio Grande do Norte, apresenta aspectos importantes da educação local, além de citar na missiva informações sobre os professores Manoel Ferreira de Macedo Jalles, Antonio Soares de Macedo Filho e seu próprio exercício. Nascido em 1883 nas Pedrinhas, antigo povoado anexado ao município de Santana do Matos e hoje pertencente a Ipanguassú, Manoel Assis recorda que aprendeu:

a Carta do ABC na velha e gloriosa cidade do Assú, na Escola do professor Manoel Ferreira de Macedo Jalles. Éramos 43, dos quais restamos cinco: Antonio Saboia de Sá Leitão, Manoel Lindolfo de Siqueira Cortez, Teógenes Amorim e Luiz Correia de Sá Leitão. Eu, o benjamim, já ultrapassei os 80 anos. No verão de 1901, aprendi noções de Geografia, História, Gramática, Aritmética, etc. na Escola Particular de Antonio Soares de Macedo Filho. No ano seguinte tornei-me Mestre-escola, abrindo a

minha primeira aula no dia 3 de fevereiro de 1902, no lugar Sombra das Pinturas, município de Caicó, hoje pertencente a Jucurutu. Depois peregrinei por diversas fazendas dos municípios de Santana, Assú e Angicos durante mais de sete anos. Nessas andanças, consegui alfabetizar cerca de mil jovens potiguares (AMORIM, 1965, p. 73).

O relato inicial do professor Manoel de Assis é significativo porque demonstra aspectos importantes das turmas onde estudou as primeiras letras e impressiona pela quantidade de alunos que iniciaram as aulas com o professor Manoel Macedo. É importante destacar que alguns colegas de Manoel de Assis tornaram-se figuras importantes na cidade do Assú, como Antônio Saboia de Sá Leitão que assumiu a Intendência Municipal nas primeiras décadas do século XX e empreendeu transformações importantes no espaço urbano, e Luiz Correia de Sá Leitão, influente político da cidade.

Na segunda parte do relato, atentamos também para as disciplinas cursadas nas aulas do professor Antônio Soares de Macedo Filho, necessárias para as noções iniciais de leitura, cálculos e aspectos geográficos e históricos. Contudo, também deixa entrever que não existia um sistema mais amplo de disciplinas nesse período. E na terceira parte, mostram-se importantes as peregrinações de Manoel Assis exercendo o ofício do magistério em diversos lugares e contribuindo de forma significativa para a formação de milhares de jovens no Rio Grande do Norte.

Olegário Olindino de Oliveira nasceu em 1895 na cidade de Campo Grande, mas se mudou para o Assú ainda criança. Um tipo inteligente, revelou desde cedo pendor para o magistério ao lecionar as primeiras letras para a juventude assuense. Um caso interessante registrado por Fonseca Filho (1984, p. 35) sobre o professor Olegário é que ele mantinha amizade com Pedro Jacob, o guarda-fios do telégrafo. Na época, Jacob contava com quarenta anos de idade e era analfabeto. Com paciência e abnegação o professor Olegário conseguiu alfabetizá-lo e graças ao mestre “Pedro Jacob chegou a ocupar o lugar de Inspetor de linhas telegráficas e dizia a todos com ufanía **o que sou na vida, devo a Olegário**”. (Grifo nosso).

Salários dos professores e dificuldades de consolidação das Escolas de Primeiras Letras

Em relação aos salários dos professores estipulado na Lei de 15 de outubro de 1827, Araújo (1979) informa que variavam em função das circunstâncias da população e do custo de vida dos lugares onde funcionavam as escolas. Segundo Silveira (1995, p. 72), o ordenado de um professor primário na Vila Nova da Princesa em 1832 era de

250\$000 anuais, valor que estava dentro do padrão estipulado na época da promulgação da Lei de 1827. Já na comunidade de Oficinas durante o mesmo período, o ordenado era de 150\$000 por ano. Um Regulamento Provincial de 1836 concedeu uma gratificação, mas que não excedesse um terço dos respectivos vencimentos para os professores que contassem 12 anos de bons serviços prestados no magistério.

Durante todo o Império existiram poucas alterações no salário dos professores e “nos breves períodos em que passaram a receber remuneração mais digna, os professores públicos geralmente sofriam duras críticas em relação à qualidade do seu trabalho, sendo taxados de incompetentes e inábeis, dentre outras qualificações” (PINHEIRO, 2002, p. 24).

Na Lei de 1827, o que diferenciava as escolas da capital e do interior era apenas os títulos dos professores. Com o Regulamento nº 21, de 9 de dezembro de 1865, lançado na Província do Rio Grande do Norte, efetiva-se uma divisão pedagógica em três classes: nas cidades seriam de primeira classe; em vilas, com foro civil, seriam de segunda classe; e nas demais vilas e povoados seriam de terceira classe. Essa divisão durou até 1872, quando as escolas passaram a ser organizadas em entrâncias: as escolas mais importantes que abrangiam a capital e as cidades correspondiam a terceira entrância; nas segundas entrâncias ficavam as vilas; e nos povoados existiam as de primeira entrância. As divisões e classificações estipuladas durante o Império também obedeciam a um perfil de importância dos lugares onde as aulas haviam sido instaladas. Essa política organizacional condicionava discrepâncias nos salários e nomeações dos professores e estabelecia explicitamente um caráter discriminatório (ARAÚJO, 1979, p. 47).

A antiga Vila Nova da Princesa desenvolveu importantes atividades no contexto econômico do Rio Grande do Norte com as charqueadas na comunidade de Oficinas. Com a elevação à categoria de Cidade do Assú em 1845 e o fim das charqueadas, outras atividades econômicas importantes foram implantadas na região com as plantações de algodão e a extração da cera de carnaúba, fatores que deram visibilidade e aceleraram cada vez mais o progresso sociocultural da cidade. Assim, a cidade contou inicialmente com escolas de primeira classe e posteriormente, de terceira entrância.

Uma das principais características da educação vigente no período imperial é que as aulas poderiam ser ministradas na residência do próprio professor. Dessa forma, existia uma liberdade na condução das aulas chegando ao ponto de permitir que os alunos ficassem sozinhos em sala sem uma condução ou orientação e a própria indisciplina que esse fato pode produzir. Para Pinheiro (2002, p. 73), o funcionamento das

escolas nas casas dos professores “acarretava problemas tanto de ordem administrativa quanto de ordem pedagógica” e a convivência de alunos e familiares dos professores no mesmo espaço físico também “trazia uma série de constrangimentos”. Outro elemento importante é a permissão dos castigos físicos aplicados pelo mestre nos casos de indisciplina.²

Esse momento da história da educação brasileira, marcado por características tradicionais, é representado por ideias onde o mestre era o centro do processo educativo por ser o portador do conhecimento escolar. De acordo com Magalhães (2004, p. 28) a pedagogia tradicional estava centrada “no professor, no agente, de cuja ação esperava uma normatização da ação, no plano da instrução, mas também no plano normalizador das práticas, comportamentos, saberes e atitudes”.

Outros fatores que dificultaram a oferta da instrução primária no Império podem ser apontados: as escolas de primeiras letras apresentavam métodos pedagógicos considerados ultrapassados e sem recursos didáticos, com professores que recebiam remuneração insuficiente não possuindo formação adequada, gerando aulas com baixo rendimento e excluía grande parcela da população do acesso à educação; não existiam normas rígidas para uma estrutura organizacional que regulamentasse e fiscalizasse o funcionamento das escolas; a educação se desenvolvia geralmente em espaços improvisados, por exemplo, na casa do professor, ou e em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade. Segundo Azevedo e Stamatto (2012, p. 33) quando funcionavam na casa do próprio professor:

o mestre- escola acolhia seus alunos para as aulas em uma dependência da sua moradia, reservada ou não para sala de aula. Podia ser qualquer cômodo: um quarto especialmente preparado; a sala de estar da casa, transformada em escola na hora da aula e, nas demais horas, usada pelos moradores em outras atividades; e até mesmo a cozinha podia passar a ser de um instante para outro, um lugar de aula.

Para Saviani (2013, p. 166), um grande entrave que dificultou a consolidação da organização das Escolas de Primeiras Letras como uma ideia de sistema nacional de ensino

² A abolição dos castigos físicos, e também dos prêmios, no campo educacional foram tema de um longo discurso proferido pelo Barão de Macahubas (Abílio César Borges) no Congresso Pedagógico Internacional ocorrido em Buenos Aires no dia 2 de maio de 1882. Em sua tese, o Barão posicionava-se contra os castigos físicos e aboliu os prêmios por achá-los inúteis e exercerem uma influência danosa no espírito das crianças. Segundo Saviani (2013, p. 147), o Barão observou “que tanto os premiados como os que nenhum prêmio recebiam continuavam com o mesmo comportamento e a mesma aplicação nos estudos”, mas com a diferença de que os premiados ficavam cada vez mais orgulhosos e vaidosos e os outros desanimavam ou se tornavam piores e enfezados pela humilhação que sofriam.

com normas e objetivos comuns no Brasil do século XIX encontra-se nas “condições materiais precárias decorrentes do insuficiente financiamento do ensino”. Ainda segundo o autor, entre os anos de 1840 e 1888 a média anual de recursos financeiros investidos na educação foi uma cifra irrisória de 1,8% do orçamento governamental. Desse valor, uma média de 0,47% foi destinada para a instrução primária e secundária.

Ficava como herança para o governo republicano, portanto, a responsabilidade de direcionar mais investimentos para a instrução pública com destaque para a instrução primária. Com a instituição da República em 1889, o novo governo repensa o modelo de educação nacional a partir da instituição dos grupos escolares. Implantados inicialmente no Estado de São Paulo, essas instituições educativas contam com um espaço próprio para o seu funcionamento, um corpo de profissionais mais comprometidos com o ensino, um método pedagógico diferente do presente nas Escolas de Primeiras Letras e uma nova forma de enxergar o aluno na relação ensino-aprendizagem. Na cidade do Assú, a implantação desse novo modelo ocorre em setembro de 1911 com a inauguração do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Até esse momento, a educação presente na cidade seguia os padrões e métodos das Escolas de Primeiras Letras do Império.

Conclusão

Neste trabalho, analisamos a atuação dos principais professores de Escolas de Primeiras Letras que exerceram o magistério durante o Brasil-Império na cidade do Assú. Essas escolas estavam voltadas para o ensino primário e surgiram no Brasil a partir da Lei de 15 de outubro de 1827. Porém, a implantação das mesmas ocorreu na então Vila Nova da Princesa em 1829 com o professor José Felix do Espírito Santo assumindo a cadeira masculina. A cadeira feminina foi ocupada em 1834 sob a regência da professora Maria Joaquina Ezequiel da Trindade. Depois desses letrados, outros assumiram o magistério na cidade do Assú educando diversas gerações de assuenses no ensino da escrita, leitura e cálculos, conteúdos base da instrução primária no período imperial. Além dos nomes citados, destacamos a atuação dos professores Elias Souto, Luiza de França, Manoel Assis e Olegário Olindino, entre outros.

Identificamos que as aulas ocorriam geralmente nas residências dos próprios professores e os mesmos se tornavam o centro do processo educativo. Além disso, os salários pagos aos mesmos ocorriam de modo discrepante e discriminatório, definido a partir da importância dos lugares onde as Escolas de Primeiras Letras

estavam instaladas. Outros fatores que dificultaram a consolidação dessas escolas também foram apontados, como os métodos considerados ultrapassados, o baixo rendimento dos alunos e a falta de investimento por parte do Império.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francisco. **Assú da minha meninice (Memórias)**. Natal, RN: Editora Clima, 1982.

_____. **História da imprensa do Assú**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 1965.

ARAÚJO, Marta Maria de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte da Colônia à Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BEZERRA, Ivan Pinheiro. Escola José Correia – 95 anos de glória. **Tribuna do Vale do Açu**. 02/09/2006. Assú, 2006.

FONSECA FILHO, Ezequiel. **Poetas e boêmios do Açu**. Natal, RN: Editora Clima, 1984.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Cria escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Chancelaria-mór do Império do Brazil, Rio de Janeiro, livro 1º de cartas, leis e alvarás. 31 de outubro de 1827.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo**. Mossoró: Coleção Mossoroense. ESAM, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **Sinhazinha Wanderley: o cotidiano de Assú em prosa e verso (1876-1954)**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVEIRA, Celso da. **Assu – gente, natureza, história**. Natal: Boágua Editora, 1995.